



18 de setembro de 2019

Convocação urgente de uma assembleia unificada!

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Em defesa da democracia sindical!
Abaixo o autoritarismo da burocracia do Sinpeem!
- Fechamento de salas e São Paulo Integral.

É preciso retomar a luta nas ruas

A Reforma da Previdência do governo ditatorial, antinacional e antipopular de Bolsonaro tramita sem obstáculos no Senado. Caberá aos “nobres” Senadores aprovarem o PL da forma como saiu da Câmara, ou seja, manter o violento ataque à vida das massas assalariadas. Além disso, planejam incorporar, em uma “PEC paralela”, outros itens que dificultem, ainda mais, o direito de aposentadoria.

As direções burocráticas das centrais sindicais são coniventes com esse brutal ataque. Ao não organizarem a luta nas ruas para colocar abaixo a reforma, traíram os trabalhadores. A disposição de luta evidenciada nas manifestações de 15 e 30 de maio não foi canalizada para um grande e poderoso movimento no dia 14 de julho. Muito pelo contrário, o dia 14 não passou de um arremedo de greve geral. Agora estão retomando as negociações no Senado. Os burocratas da CUT, CTB, Força Sindical, UGT e outras, se reuniram com o relator da reforma da Previdência, Tasso Jereissati/PSDB, para pedir que haja algumas alterações no relatório. Isso indica que não pretendem organizar os trabalhadores em uma nova greve geral.

Os partidos de oposição também são responsáveis pela

derrota do movimento. Canalizaram para o Congresso Nacional toda a disposição de luta dos trabalhadores. Plantaram a ilusão de que era possível, através das emendas propostas por todos os partidos, alterar o PL. Assim, o governo ditatorial de Bolsonaro está livre para cumprir as determinações do capital financeiro de precarizar ainda mais a vida dos oprimidos e pagar a volumosa dívida pública.

O quadro de ataques é amplo. A destruição da Amazônia pelos latifundiários, o aprofundamento da reforma trabalhista, o assassinato de lideranças camponesas e indígenas, a entrega do patrimônio nacional aos imperialistas, a destruição da educação pública com os cortes de verbas são alguns exemplos de como o governo vem agindo livremente.

É preciso uma reação à altura. No entanto, somente será possível com a retomada do movimento nas ruas. A unidade da classe operária e os demais oprimidos é o único caminho para colocar em xeque esse governo. Ao mesmo tempo, a vanguarda tem que ser inflexível no combate às direções traidoras do movimento. O seu guia deve ser o programa e a estratégia da revolução proletária, da luta por um governo operário e camponês.

Tramitação do PL 68/2017 avança na Câmara municipal

O debate em torno do PL 68/2017, de autoria do vereador Claudio Fonseca/PPS, é retomado na rede em função de novos passos na sua tramitação na câmara municipal, com a apresentação de um substitutivo apresentado pelos vereadores Antônio Donato/PT e Toninho Vespoli/PSOL.

O PL 68/2017, que dispõe sobre a transformação do cargo de PEI em PEIF (com a extinção do cargo de PEI) e criação da Jornada Docente de 30 horas semanais (como Jornada do cargo), é justificado como forma de “superar o tratamento distinto quanto à composição da Jornada de Trabalho entre PEI em exercício e lotados nos CEIs e demais docentes em exercício e lotados nas EMEIs e EMEFs.”

Já o substitutivo do PL 68/2017, mantém sua essência, de transformação do cargo, mas não extingue o cargo de PEI e agrega a possibilidade de transformação em via de mão dupla,

ou seja, de PEI em PEIF e de PEIF em PEI, em opção única e de caráter irrevogável. Altera também a denominação e composição das jornadas de trabalho, criando: 1) Jornada Docente (JDP – 30 horas) exclusiva do PEI equivalente a J-30, mas com uma distribuição distinta que garante 1/3 da jornada para atividades fora de sala (sendo 20 horas de regência e 10 horas de atividade de planejamento/estudo); 2) Jornada Docente de 40 horas/aula para docentes que atuam nas EMEI/EMEF/EMEFEM/EMEB, que equivale a atual JEIF; 3) Jornada Especial Docente de 30 horas aula sem garantia de 1/3 da jornada para atividade, que equivale a atual JBD, como jornada de opção anual.

Como podemos observar, embora o substitutivo se apresente como mais democrático, pois prevê o trânsito entre o CEI – EMEI/EMEF e vice-versa e não extingue o cargo de PEI, ambos não garantem a manutenção do salário equivalente a JEIF para

os professores no módulo sem regência, conquista dos PEIs que deveria ser estendido a todos os professores, por meio da bandeira já aprovada em diversas instâncias do sindicato: “JEIF para todos que por ela optarem”.

Outro aspecto fundamental, que também não é combatido pelo PL e seu substitutivo, diz respeito ao avanço da privatização da Educação Infantil. Com a aprovação do PL 68 a tendência é de entrega completa dos CEIs à iniciativa privada, ou seja, de privatização total do atendimento das crianças de 0 a 3 anos. Atualmente, mais de 80% estão sob a gestão da iniciativa privada, por meio dos convênios e rede indireta (parceria público-privada). Garantir a isonomia de direitos neste caso passa necessariamente pela defesa da estatização de toda rede conveniada e devolução dos prédios públicos entregues a rede indireta, com a efetivação e estabilidade de todos os trabalhadores contratados/terceirizados. Sem essa garantia o discurso de valorização docente e de igualdade de direitos não passa de demagogia.

Em defesa da democracia sindical!

Abaixo o autoritarismo da burocracia do Sinpeem

Durante a fase de retirada de delegados para o 13º CONCURTO, que deveria ocorrer no mês de julho, a Corrente Proletária na Educação foi impedida de disputar vagas na delegação. Mesmo depois de questionar a direção majoritária no RE e no CR sobre o dia da plenária, ficamos sabendo que as vagas já haviam sido divididas entre as correntes políticas Compromisso e Luta e O Trabalho. Pior ainda, não houve nenhuma plenária que deliberasse, democraticamente, sobre as vagas.

No período denunciámos a truculência da direção do sindicato. Mas mesmo assim, não foi respeitada a democracia sindical. A Corrente Proletária defendeu que houvesse uma plenária e que todas as correntes políticas que atuam no sindicato pudessem participar. A direção manteve sua posição autoritária. Sabe que somos críticos à posição imobilista da CUT. Portanto, repudiamos essa ação autoritária. Que os trabalhadores possam expressar suas posições políticas em uma plenária aberta. Em defesa da democracia operária.

É preciso ter claro que a extensão dos direitos conquistados a todos não serão garantidos com uma medida administrativa de transformação dos cargos. Além do que, a experiência já nos comprovou que a garantia de direitos aos trabalhadores não se dá no marco das disputas parlamentares, mas por meio da ação direta (greves e manifestações). A disputa parlamentar é o terreno da derrota dos trabalhadores, conforme comprovamos na luta contra a reforma da previdência municipal.

Portanto, defendemos a isonomia salarial e de direitos, que independe da nomenclatura do cargo, pois uma vez conquistada a extensão dos direitos a todos os trabalhadores em Educação, inclusive o trânsito/remoção entre o CEI, EMEI e EMEF será livre, pois não dependerão do cargo em si, mas das exigências legais de formação para o exercício da docência, que neste caso específico trata-se da formação docente para a Infância, compreendida legalmente para o exercício da docência do Berçário I ao 5º ano do ensino fundamental. Abaixo o PL 68 e seu substitutivo!

Fechamento de salas e São Paulo Integral

As escolas municipais, que já vêm sofrendo ataques por todos os lados, agora passam por mais um revés: o fechamento de salas para o ano de 2020. Essa é uma situação que atinge praticamente todas as escolas do município. O Governo Covas/PSDB aplica uma série de medidas, que são todas interligadas, para precarizar ainda mais a escola pública.

Aliado a isso vem o Programa São Paulo Integral (SPI). A Instrução Normativa Nº 21, que reorienta o Programa traz, como um de seus pontos mais sensíveis, a participação **compulsória** das EMEFs dos CEUs no SPI. Trata-se de uma medida autoritária, que deve ser rejeitada pelos estudantes, comunidades e trabalhadores. As organizações sindicais precisam organizar imediatamente a luta contra a “Instrução” e a própria concepção do SPI.

A ideia de um “Ensino Integral” é vendida como se fosse uma maravilha. Mas, caso a medida não seja revertida, resultará tão somente em aumento da carga horária. Ou seja, mais tempo na velha escola falida e enfadonha de sempre. O governo busca seduzir as famílias apontando que as crianças e adolescentes, ficando mais tempo na escola, poderão aprender mais, ficando distantes da vulnerabilidade das ruas. Insinua que haverá aulas de canto, coral, dança, música, teatro, robótica etc.

Já com os trabalhadores o governo, para legitimar a adesão, joga com chantagens que passa pela promessa de ampliação do módulo docente e de funcionários. Pura demagogia, já que a maioria das unidades já se encontra com o módulo incompleto: faltam professores e funcionários em quase todas as escolas da rede. São claras as manobras para iludir os trabalhadores e as famílias quanto à eficiência do São Paulo Integral, quando na verdade, para os governos a contrapartida é muito vantajosa, pois enxugará ainda mais gastos com a escola pública, já que o integral será sustentado principalmente com o fechamento de salas/turnos e a superlotação das salas de aula.

As direções sindicais não podem perder um minuto sequer para organizar a luta. Está colocada a necessidade de uma mobilização unitária dos trabalhadores estaduais e municipais contra as Escolas de Tempo Integral. A tarefa imediata que cabe, nesse caso, é a convocação urgente de uma assembleia unificada. Cabe também erguer os comitês nos bairros, com a participação de estudantes e das comunidades. Está aí o caminho para derrotar a investida dos governos e impor a defesa da escola pública! É com o movimento massivo nas ruas, a exemplo do que foi feito nos dias 15 e 30 de maio e em 13 de agosto, que será possível barrar a implantação das Escolas em Tempo Integral.